

PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR DO ESTADO
FÁBIO MITIDIERI
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
JOSÉ MACEDO SOBRAL

Secretário Especial de Governo
CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES

Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil
ANDRÉ SOARES CLEMENTINO
(Em exercício)

Secretária de Estado da Fazenda
SARAH TARSILA ARAUJO ANDREOZZI

Secretária de Estado da Administração
LUCIVANDA NUNES RODRIGUES

Secretário de Estado da Saúde
CLAUDIO MITIDIERI SIMÕES

Secretária de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania
ERICA LIMA CAVALCANTE MITIDIERI

Secretário de Estado da Segurança Pública
JOÃO ELOY DE MENEZES

Secretária de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor
VIVIANE CRUZ PESSOA

Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres
CAMILA ARGÔLO GODINHO

Secretário Especial do Gabinete do Governador
TIAGO ANDRADE ARAUJO

Secretário de Estado da Educação e da Cultura
JOSÉ MACEDO SOBRAL

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura
IGOR RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
VALMOR BARBOSA BEZERRA

Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo
JORGE ELIAS MENEZES TELES

Secretária de Estado do Esporte e Lazer
MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS

Secretário de Estado do Turismo
MARCOS LEITE FRANCO SOBRINHO

Secretário Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística
WALTER PEREIRA LIMA

Secretário de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca
ZECA RAMOS DA SILVA

Secretária de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas
DEBORAH CRISTINA DE ANDRADE MENEZES DIAS

Secretário Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação
JULIO CESAR MONZU FILGUEIRA

Secretário Especial de Comunicação Social
CLEON MENEZES DO NASCIMENTO

Secretário Especial de Representação de Sergipe em Brasília
FÁBIO DE ALMEIDA REIS

Secretária de Estado da Transparência e Controle
SILVANA MARIA LISBOA LIMA

Secretário Especial de Articulação com os Municípios
JOSÉ BATALHA DE GOES NETO

Procurador-Geral do Estado
CARLOS PINNA DE ASSIS JÚNIOR

IO SE Imprensa Oficial de Sergipe

FRANCISCO GUALBERTO DA ROCHA
DIRETOR-PRESIDENTE

ANTONIO ARTUR FERREIRA
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO

MÍLTON ALVES
DIRETOR INDUSTRIAL

Rua Propriá, 227- Aracaju/SE
(79) 3205-7400/7440 • CNPJ 13.085.519/0001-61
publicacao@iose.se.gov.br

SECRETARIAS

Casa Civil

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
PORTARIA Nº 43/2024

Designa servidores para exercer a função gestor e fiscal do Contrato nº 27/2024, no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil.

O Secretário de Estado da Casa Civil no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto Estadual nº 342/2023, c/c as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Lei de Licitações), CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público, nos termos do disposto nos art. 117 da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de representantes da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como Gestor e Fiscal substituto do Contrato, exercendo todas as atividades de gestão e fiscalização conforme disposto nos art. 14 a 18 no Decreto nº 342 de 28 de junho de 2023, em sua versão atualizada:

Gestora do Contrato: Daniella Dantas Martins inscrita no CPF nº XXX.777.601-XX

Fiscal do Contrato: Mariza Avalone Araújo inscrita no CPF nº XXX.819.001-XX, Titular e Luciene Santos Souza inscrita no CPF nº XXX.562.695-XX Substituta

Art. 2º - Os servidores designados atuarão no âmbito do Contrato nº 27/2024, decorrente PROCESSO Nº 2911/2024, Dispensa de Valor 1032/2024

Parágrafo único. Constituem-se como dados complementares:

Nº Contrato	Contratado	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato
Contrato nº 27/2024	Lider Serviços de Controle de Pragas Ltda	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização (desinsetização, desratização e descupinização), contra pragas e vetores para atender às necessidades da Secretaria Especial de Representação de Sergipe em Brasília - SERESE	09/10/2024 a 08/10/2025

Art. 3º - Na ausência e impedimento eventual ao titular, o fiscal substituto atuará como fiscal do contrato e o fiscal do contrato atuará como gestor do contrato.

Art. 4º - Dê-se ciência aos interessados e se autue no respectivo processo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor nesta data e terá validade durante toda a vigência contratual, revogando-se as disposições em contrário.

Aracaju/SE, 25 de outubro de 2024.

ANDRÉ SOARES CLEMENTINO
Secretário de Estado - Chefe da Casa Civil

Administração

Governo de Sergipe
Secretaria de Estado da Administração

A Secretária de Estado da Administração baixou as seguintes portarias, conforme disposto nos Decretos nº 17.851/98 e nº 29.753/14, na Lei nº 8.496/18 e legislação correlata:

PORTARIA DE CESSÃO							
PORTARIA	C.P.F.	NOME	CARGO	ORIGEM	DESTINO	VIGÊNCIA	ÔNUS
2247/2024	xxx.915.370-xx	NATALIA MACIEL LESSA MELO	OFICIAL ADMINISTRATIVO	SEAD	FES	01/11/2024 A 31/10/2026	D
PORTARIA DE PRORROGAÇÃO DE CESSÃO							
PORTARIA	C.P.F.	NOME	CARGO	ORIGEM	DESTINO	VIGÊNCIA	ÔNUS
2243/2024	xxx.490.755-xx	VERA LUCIA REIS DE AZEVEDO	OFICIAL ADMINISTRATIVO	FES	FSPH	01/01/2012 A 31/12/2012	D
2244/2024	xxx.490.755-xx	VERA LUCIA REIS DE AZEVEDO	OFICIAL ADMINISTRATIVO	FES	FSPH	01/01/2013 A 31/12/2013	D
2245/2024	xxx.490.755-xx	VERA LUCIA REIS DE AZEVEDO	OFICIAL ADMINISTRATIVO	FES	FSPH	01/01/2014 A 31/12/2014	D
2246/2024	xxx.490.755-xx	VERA LUCIA REIS DE AZEVEDO	OFICIAL ADMINISTRATIVO	FES	FSPH	01/01/2015 A 28/02/2015	D
2248/2024	xxx.439.105-xx	DURVAL RODRIGUES FILHO	OFICIAL ADMINISTRATIVO	FES	EMDAGRO	01/01/2025 A 31/12/2026	D
2249/2024	xxx.898.605-xx	FABIO SANTOS OLIVEIRA	TÉCNICO EM LABORATÓRIO	FES	EMDAGRO	01/06/2025 A 31/05/2027	D

LUCIVANDA NUNES RODRIGUES
Secretária de Estado da Administração

Processo nº: 7320/2024-CON.PUBLICO-SEASIC
Ofício no: 1270/2024-SEASIC

Assunto: Autorização Governamental para realização de concurso público para os cargos de Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Engenheiro Agrônomo, Nutricionista e Tradutor e Intérprete de Libras.

Interessados: Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (SEASIC) e Secretaria de Estado da Administração (SEAD)

AUTORIZAÇÃO

Considerando a edição da Lei nº 9.513, de 31 de julho de 2024, que Institui Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos para os Servidores Públicos Civis do Grupo Ocupacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/SE, do Grupo Ocupacional do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/SE e do Grupo Ocupacional de Direitos Humanos - DH/SE, integrantes do órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social, da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Estadual de Direitos Humanos, da Administração Pública Direta do Poder Executivo Estadual PCCV/SUAS-SISANDH, e dá providências correlatas;

Considerando que o Sistema Único de Assistência Social - SUAS tem um papel estratégico para o Estado no que concerne à universalização dos direitos sociais e do acesso a benefícios e serviços de qualidade a todos;

Considerando a necessidade de preencher os cargos vagos de Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Engenheiro Agrônomo, Nutricionista e Tradutor e Intérprete de Libras, no montante indicado pela SEASIC;

Considerando a justificativa da SEASIC apresentada às fls. 05/15 do processo em epígrafe, para a realização de concurso público para provimento de 35 (trinta e cinco) vagas para o cargo de Assistente Social; 15 (quinze) vagas para o cargo de Psicólogo; 8 (oito) vagas para o cargo de Pedagogo; 14 (quatorze) vagas para o cargo de Nutricionista; 8 (oito) vagas para o cargo de Engenheiro Agrônomo; e 10 (dez) vagas para o cargo de Tradutor e Intérprete de Libras;

AUTORIZO a realização de concurso público para provimento dos cargos acima especificados, observando-se as normas específicas das carreiras e as demais aplicáveis à matéria, devendo o processo seguir o fluxo pertinente.

Aracaju, 13 de agosto de 2024.

FÁBIO MITIDIERI
Governador do Estado de Sergipe

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES,
LICITAÇÕES E LOGÍSTICA - SECLOG

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 247/2024

PROCESSO Nº 3531/2024-PRO.ADM.-SEASIC

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de atualização e manutenção preventiva e corretiva de elevador, situado na sede da SEASIC, com fornecimento e substituição de peças originais, necessárias à perfeita execução dos mesmos.

SESSÃO DE DISPUTA: 13/11/2024 às 09:00h.

NO SÍLIO: www.licitanet.com.br.

ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania - SEASIC.

BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. LC nº 123/2006. Leis Estaduais nº: 9.183/2023; 9.166/2023, 9.156/2023 e 8.747/2020. Decretos Estaduais nº: 285/2023 e 342/2023.

PARECER JURÍDICO Nº 5985/2024.

Formalização de Consultas e Edital:

www.comprasnet.se.gov.br e www.licitanet.com.br

SEAD/SECLOG: Rua Duque de Caxias, 346 - São José.

Aracaju, 25 de outubro de 2024.

MATHEUS KALTNER MENDES SILVA
Pregoeiro - SECLOG

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES,
LICITAÇÕES E LOGÍSTICA - SECLOG

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8/2024-CRP-SECLOG

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, visando atender às necessidades dos órgãos e entidades do Estado de Sergipe, conforme especificações técnicas constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital.

CONTRATANTE: Secretaria Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística - SECLOG

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Estado de Sergipe para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no respectivo contrato.

BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. LC nº 123/2006. Leis Estaduais nº: 9.183/2023; 9.166/2023, 9.156/2023 e 8.747/2020. Decretos Estaduais nº: 285/2023 e 342/2023.

EMPRESA: ESTRELA ATACADO LTDA CNPJ: 46.955.924/0001-42					
LOTE	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA
01	CAFE - TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - COTA PRINCIPAL	PACOTE, 250g	50866	R\$ 7,38	DAMARE
02	CAFE - TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO - COTA RESERVADA	PCOTE, 250g	16954	R\$ 7,38	DAMARE
07	ADOCANTE DIETETICO - COMPOSTO DE SUCRALOSE - COTA PRINCIPAL	FRASCO, 100mL	5592	R\$ 3,56	MARATÁ
08	ADOCANTE DIETETICO - COMPOSTO DE SUCRALOSE - COTA RESERVADA	FRASCO, 100mL	1863	R\$ 3,56	MARATÁ

EMPRESA: MEL DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 50.911.223/0001-89					
LOTE	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA
03	ACUCAR - TIPO CRISTAL - COTA PRINCIPAL	Kg	29.545	R\$ 3,89	PINHEIRO

EMPRESA: CONCEITO COMERCIO E SERVICIO LTDA CNPJ: 54.830.582/0001-62					
LOTE	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA
04	ACUCAR - TIPO CRISTAL - COTA RESERVADA	KG	9848	R\$ 4,11	PINDORAMA

05	LEITE EM PO - DO TIPO INTEGRAL E INSTANTÂNEO - COTA PRINCIPAL	PACOTE, 400g	11630	R\$ 13,67	BETANIA
06	LEITE EM PO - DO TIPO INTEGRAL E INSTANTÂNEO - COTA RESERVADA	PACOTE, 400g	3871	R\$ 13,67	BETANIA

OBS: Informamos que a empresa ESTRELA ATACADO LTDA aceitou assumir os lotes 02 - CAFE - TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO - COTA RESERVADA e 08 - ADOCANTE DIETETICO - COMPOSTO DE SUCRALOSE - COTA RESERVADA que restaram fracassadas, mantendo as mesmas condições da cota principal correspondente conforme previsto em edital no item "5.5.1- Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes obedecendo a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal."

Os lotes 09 e 10 foram REVOGADOS, por interesse e conveniência da Administração conforme despacho nº 4181/2024-SECLOG.

As especificações detalhadas do objeto desta licitação podem ser consultadas no sítio www.comprasnet.se.gov.br

A pregoeira adjudica os lotes deste extrato.

O Secretário da SECLOG Homologa os lotes deste extrato.

Aracaju, 25 de outubro de 2024.

Carla Silva Santos
Pregoeira - SECLOG

Walter Pereira Lima
Secretário de Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES,
LICITAÇÕES E LOGÍSTICA - SECLOG

EXTRATO FINAL DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 084/2023 - COMPRAS.GOV-SECLOG

OBJETO: Registro de preços para aquisição de periféricos de informática, visando atender às necessidades dos órgãos e Entidades do Estado de Sergipe.

CONTRATANTE: Secretaria Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística - SECLOG.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Estado de Sergipe para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no respectivo contrato.

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, LC nº 123/2006, Leis Estaduais nº 5.280/2004, nº 5.848/2006, Decretos Estaduais nº 25.728, de 25 de novembro de 2008, nº 40.638, de 30 de julho de 2020 e nº 40.976, de 25 de agosto de 2021, Lei Estadual nº 9.156/2023, Lei Estadual nº 9.183/2023, Lei Estadual nº 9.166/2023, Decreto Estadual nº 285/2023.

EMPRESA: COMPUSSET INFORMATICA CNPJ: 65.529.489/0001-39					
LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA
05	MEMÓRIA RAM - MEMÓRIA RAM DDR4 PARA DESKTOP, FREQUÊNCIA 2666 MHZ,	UND	415	223,24	EASY MEMORY
19	CABO PAR TRANÇADO - PARA CONEXÃO DE REDE DE CABEAMENTO ESTRUTURADO RELACIONADOS A DATACENTER, F/ UTP (BLINDADO)	CAIXA	47	2.773,40	MPT

EMPRESA: HITECH INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME CNPJ: 10.282.098/0001-70					
LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA
04	MEMÓRIA RAM - MEMÓRIA RAM DDR4 PARA DESKTOP, FREQUÊNCIA 2666 MHZ, FORMATO DIMM, PINOS DE MEMÓRIA 288, LATÊNCIA: CL 16, VOLTAGEM: 1,2V,CAPACIDADE: 8 GB (Cota reservada)	UND	238	119,88	HIKER/MEMORIA 8GB HIKER DDR4 32 00MHZ HSC4 08U 32Z1
06	MEMÓRIA RAM - MEMÓRIA RAM DDR4 PARA DESKTOP, FREQUÊNCIA 2666 MHZ, FORMATO: DIMM, PINOS DE MEMÓRIA: 288, LATÊNCIA: CL 16 A 19 OU CL 16-18-18-35, VOLTAGEM: 1,2V,CAPACIDADE: 16GB (Cota reservada)	UND	132	245,56	REDRAGON/MEMORIA 16GB RGB REDRAGON MAGMA DOR4 32 00MHZ/CL 18
14	DISCO RÍGIDO - SSD - SATA 3, CAPACIDADE: 240 GB,- VELOCIDADE DE LEITURA: ATÉ 500MB P/S; BUFFER: 6MB ; TAXA DE TRANSFERÊNCIA GRAVAÇÃO: (Cota reservada)	UND	1264	141,26	DAHUA/SSD DAHUA 240 GB C800N DHI- SSD-C 800AS240G

EMPRESA: ASSUNCAO & LAVOR TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 45.538.349/0001-18					
LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA
23	DISCO RÍGIDO - CASE SSD M.2 NVME, COMPATÍVEL COM SSD M.2 DE PROTOCOLO NVME (PCI-E) E SATA (NGFF), INTERFACE: PCI-E GEN3 X4, CONEXÃO DE SAÍDA USB 3.1 TYPE C / USB-C.	UND	551	90,56	EXBOM CGHD-M2NV700

As especificações detalhadas do objeto desta licitação podem ser consultadas no sítio www.comprasnet.se.gov.br

Art. 1º. Constituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração - SEAD e no âmbito da Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania-SEASIC, Comissão Especial de Coordenação de Concurso Público para preenchimento de vagas do quadro próprio de servidores da SEASIC.

Art. 2º. A comissão a que se refere o art. 1º desta Portaria tem a seguinte composição:

Representantes da Secretaria de Estado da Administração:

- I -- MONISA LAIS LIMA CRUZ, CPF nº 025.XXX.XXX-54;
- II - RAFAEL LIMA SANTOS, CPF nº 055. XXX.XXX-31;
- III- ANDREIA LILIAN LIMA RODRIGUES, CPF nº 777. XXX.XXX-53;

Representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania:

- IV - ELTON VESPASIANO DE ASSIS, CPF nº 049. XXX.XXX-69;
- V - MONICA DE OLIVEIRA MEIRA, CPF nº 043. XXX.XXX-75.

Parágrafo Único - A presidência da Comissão deve ser exercida pelo membro indicado no inciso I e nas suas ausências ou impedimentos, o mesmo poderá designar qualquer outro membro para substituí-lo.

Art. 3º. A Comissão constituída nos termos do art 2º desta Portaria tem por competência a realização de atividades necessárias para a realização do concurso público acima mencionado, especialmente para:

- I - definir os parâmetros e as etapas do concurso público, em conjunto com a empresa contratada;
- II - elaborar edital de abertura do certame;
- III - acompanhar as inscrições, bem como a aplicação das provas;
- IV- colaborar na resposta a requerimentos e ações judiciais ajuizadas pelos candidatos;
- V - realizar atos necessários para publicação do resultado final e homologação do concurso no Diário Oficial do Estado.

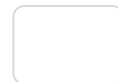
Art. 4º. A Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria vigorará até a data de homologação do Concurso Público.

Art. 5º. Os membros indicados no art. 2º desta Portaria farão reuniões periódicas, registradas em ata própria, devendo também produzir e encaminhar à Secretaria de Estado de Governo, após a homologação da seleção, relatório conjunto detalhado das atividades desenvolvidas pela referida Comissão, sob pena de desfazimento da mesma.

Art. 6º. Pela participação nas Comissões de que trata o art. 1º. desta Portaria, os membros perceberão um adicional de R\$ 800,00 e o Presidente perceberá um adicional de R\$ 1.600,00, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, em especial as estabelecidas no Decreto nº 90, de 24 de maio de 2022.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2024.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO



Notícias



Terça-Feira, 13 de Agosto de 2024 às 15:15:00

Governo do Estado autoriza realização de concurso para Sistema Único de Assistência Social Sergipe

Certame vai oferecer 90 vagas para diversos cargos ligados ao Suas/SE



Mais um concurso foi anunciado pelo Governo do Estado. Desta vez, o governador Fábio Mitidieri assinou, nesta terça-feira, 13, autorização para a realização do concurso do Sistema Único de Assistência Social Sergipe (Suas/SE).

De acordo com o governador, a realização do concurso é mais uma etapa das ações que envolvem a Assistência Social do Estado. “Nós criamos a Lei do Suas aqui no estado, depois criamos o Plano de Cargos e Carreira do Suas e, agora, estamos autorizando este concurso visando fortalecer o nosso Suas. Queremos dinamizar a estrutura administrativa para melhor atender os sergipanos”, destacou.

Mitidieri reforçou que o concurso só será possível porque a Lei Estadual do Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi aprovada em dezembro do ano passado por unanimidade na Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), “Esse é um marco para o estado”, acrescentou.

O Sistema Único de Assistência Social está presente em todo o Brasil e tem por objetivo garantir a proteção social aos indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades através de serviços, benefícios, programas e projetos.

Para a secretária de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (Seasic), Érica Mitidieri, a realização do concurso público representa o fortalecimento da assistência

social e do Suas. "Isso vai refletir na nossa população, nesse serviço de atendimento e na eficiência cada vez mais nos nossos serviços", acrescentou.

Concurso

Para este processo seletivo serão 90 vagas: 35 para cargo de assistente social, 15 para psicólogo, 8 para pedagogo, 14 para nutricionista, 8 de engenheiro agrônomo e também, 10 de tradutor e intérprete de Libras.

Nesta gestão, foram lançados editais de quatro concursos para a Secretaria de Estado da Administração (Sead), Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese).

Além desses, o Governo de Sergipe autorizou a realização do concurso para a Polícia Militar, Fundação Renascer e também para a Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Lei do Suas

Recentemente, o governador Fábio Mitidieri sancionou a lei que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos para os servidores da Assistência Social de Sergipe. A proposição foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Sergipe (Ales) em julho deste ano e é direcionada aos servidores do Sistema Único de Assistência Social (Suas/SE) do Grupo Ocupacional do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan/SE) e do Grupo Ocupacional de Direitos Humanos (DH/SE), integrantes da Política Estadual de Assistência Social da administração pública direta do Executivo estadual.

Além disso, o PCCV/Suas-Sisan-DH tem o objetivo de estimular e garantir a valorização dos servidores da Assistência Social, Segurança Alimentar e dos Direitos Humanos por meio da equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional nas carreiras. A lei deve contemplar, entre outros profissionais, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, engenheiros agrônomos e nutricionistas ligados ao Suas.

Governo

Compartilhe



Mais notícias

PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR DO ESTADO
FÁBIO MITIDIERI
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
JOSÉ MACEDO SOBRAL

Secretário Especial de Governo
CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES

Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil
JORGE ARAUJO FILHO

Secretária de Estado da Fazenda
SARAH TARSILA ARAUJO ANDREOZZI

Secretária de Estado da Administração
LUCIVANDA NUNES RODRIGUES

Secretário de Estado da Saúde
WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR

Secretária de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania
ERICA LIMA CAVALCANTE MITIDIERI

Secretário de Estado da Segurança Pública
JOÃO ELOY DE MENEZES

Secretária de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor
VIVIANE CRUZ PESSOA

Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres
CAMILA ARGÓLO GODINHO

Secretário Especial do Gabinete do Governador
TIAGO ANDRADE ARAUJO

Secretário de Estado da Educação e da Cultura
JOSÉ MACEDO SOBRAL

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura
IGOR RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
VALMOR BARBOSA BEZERRA

Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo
JORGE ELIAS MENEZES TELES

Secretária de Estado do Esporte e Lazer
MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS

Secretária de Estado do Turismo
MARCOS LEITE FRANCO SOBRINHO

Secretário Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística
WALTER PEREIRA LIMA

Secretário de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca
ZECA RAMOS DA SILVA

Secretária de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas
DEBORAH CRISTINA DE ANDRADE MENEZES DIAS

Secretário Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação
JULIO CESAR MONZU FILGUEIRA

Secretário Especial de Comunicação Social
CLEON MENEZES DO NASCIMENTO

Secretário Especial de Representação de Sergipe em Brasília
FÁBIO DE ALMEIDA REIS

Secretária de Estado da Transparência e Controle
SILVANA MARIA LISBOA LIMA

Secretário Especial de Articulação com os Municípios
JOSÉ BATALHA DE GOES NETO

Procurador-Geral do Estado
CARLOS PINNA DE ASSIS JÚNIOR



FRANCISCO GUALBERTO DA ROCHA
DIRETOR-PRESIDENTE

ANTONIO ARTUR FERREIRA
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO
MÍLTON ALVES
DIRETOR INDUSTRIAL

Rua Propriá, 227- Aracaju/SE
(79) 3205-7400/7440 • CNPJ 13.085.519/0001-61
publicacao@iose.se.gov.br

PODER EXECUTIVO

GOVERNO DO ESTADO
LEI Nº. 9.513
DE 31 DE JULHO DE 2024

Institui Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos para os Servidores Públicos Civis do Grupo Ocupacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/SE, do Grupo Ocupacional do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/SE e do Grupo Ocupacional de Direitos Humanos - DH/SE, integrantes do órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social, da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Estadual de Direitos Humanos, da Administração Pública Direta do Poder Executivo Estadual - PCCV/SUAS-SISAN-DH, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos para os Servidores Públicos Civis do Grupo Ocupacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/SE, do Grupo Ocupacional do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/SE e do Grupo Ocupacional de Direitos Humanos - DH, integrantes do órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social, da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Estadual de Direitos Humanos da Administração Pública Direta do Poder Executivo - PCCV/SUAS-SISAN-DH, contemplando:

I - a tabela de vencimento básico;

II - as formas de progressão funcional;

III - o enquadramento dos servidores;

IV - a implementação e administração do Plano.

Art. 2º O PCCV/SUAS-SISAN-DH tem por objetivos:

I - estimular e garantir a valorização dos servidores da assistência social, da segurança alimentar e nutricional e dos direitos humanos através da equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional em carreira, como forma de melhorar a qualidade da prestação dos serviços públicos respectivos;

II - possibilitar o desenvolvimento do pessoal na área da assistência social, da segurança alimentar e nutricional e dos direitos humanos;

III - reestruturar os quadros permanentes de cargos e vencimentos para corresponderem à demanda oriunda do Sistema Único de Assistência Social, de que trata a Lei nº 9.342, de 19 de dezembro de 2023, do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, de que trata a Lei nº 6.524, de 05 de dezembro de 2008, e dos Direitos Humanos;

IV - estabelecer a organização dos trabalhos implementados através da descrição de cargos e regulamentação interna com descrição de suas respectivas funções.

Art. 3º Constituem princípios que norteiam o PCCV/SUAS-SISAN-DH:

I - universalidade do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos: o plano de carreira abrange todos os servidores que participam das ações do SUAS/SE e do SISAN/SE;

II - concurso público como forma de acesso à carreira: o acesso à carreira deve estar condicionado à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

III - adequação funcional: o PCCV/SUAS-SISAN-DH deve adequar-se periodicamente às necessidades, à dinâmica e ao funcionamento do SUAS/SE, do SISAN/SE e da Política Estadual de Direitos Humanos;

IV - gestão compartilhada das carreiras: entendida como garantia da participação dos servidores, através de mecanismos legitimamente constituídos, na formulação e gestão dos seus respectivos planos de carreiras;

V - PCCV/SUAS-SISAN-DH como instrumento de gestão: o plano de carreira constitui um instrumento gerencial de política de pessoal integrado ao planejamento e ao desenvolvimento organizacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/SE, do Sistema Estadual de Segurança Alimentar Nutricional - SISAN/SE no âmbito do Estado de Sergipe e da Política Estadual de Direitos Humanos;

VI - educação permanente: significa o atendimento às necessidades de formação e qualificação sistemática e continuada dos trabalhadores do SUAS/SE e do SISAN/SE;

VII - compromisso solidário: o plano de carreira é o resultado de uma construção que considere a participação democrática dos profissionais do SUAS/SE e do SISAN/SE e do DH/SE em prol da qualidade dos serviços, do profissionalismo e da garantia pelo Poder Público das condições necessárias à realização dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social e das ações de segurança alimentar e nutricional.

Art. 4º São princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social e de segurança alimentar e nutricional no âmbito do SUAS/SE, do SISAN/SE e do DH/SE:

I - defesa intransigente dos direitos socioassistenciais, do direito à alimentação adequada e dos direitos humanos;

II - compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;

III - promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;

IV - proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção resgatando sua história de vida;

V - compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;

VI - reconhecimento do direito dos usuários a terem acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;

VII - incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;

VIII - garantia do acesso da população à política de assistência social, de segurança alimentar e nutricional e de direitos humanos sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;

IX - devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;

X - contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - PCCV/SUAS-SISAN-DH: conjunto de normas que disciplinam as atribuições ou atividades dos cargos públicos que indica a forma vencimental, a progressão funcional e o desenvolvimento do servidor público dentro da estrutura organizacional a que esteja vinculado;

II - Grupo Ocupacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/SE: servidores que possuem formação técnica ou específica na área de assistência social, investidos legalmente em um dos cargos públicos listados na Tabela 1 do Anexo II desta Lei, e que exercem suas atribuições diretamente relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS/SE;

III - Grupo Ocupacional do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/SE: servidores que possuem formação técnica ou específica na área de segurança alimentar e nutricional, investidos legalmente em um dos cargos públicos listados na Tabela 2 do Anexo II desta Lei, e que exercem suas atribuições diretamente relacionadas à segurança alimentar e nutricional;

IV - Grupo Ocupacional de Direitos Humanos - DH/SE: servidores que possuem formação técnica ou específica na área de direitos humanos, investidos legalmente em um dos cargos públicos listados na Tabela 3 do Anexo II desta Lei, e que exercem suas atribuições diretamente relacionadas à Política Estadual de Direitos Humanos;

V - Cargo: conjunto de atribuições, responsabilidades, conhecimentos técnicos e competências específicas, cometidas a um servidor público que, mediante lei, seja criado com denominação própria, classificação, número certo e vencimentos e vantagens pagas pelos cofres públicos;

VI - Servidor Público Efetivo: é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional;

VII - Servidores de assistência social: são todos aqueles servidores investidos em cargo público de provimento efetivo previsto nesta Lei, cujas atribuições legais sejam exercidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/SE, no órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social ou em suas unidades socioassistenciais vinculadas;

VIII - Servidores de segurança alimentar e nutricional: são todos aqueles servidores investidos em cargo público de provimento efetivo previsto nesta Lei, cujas atribuições legais sejam exercidas no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional ou no órgão gestor da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

IX - Servidores de direitos humanos: são todos aqueles servidores investidos em cargo público de provimento efetivo previsto nesta Lei, cujas atribuições legais sejam exercidas no âmbito da Política Estadual de Direitos Humanos ou no órgão gestor da referida política pública;

X - Faixa Vencimental: conjunto de níveis vencimentais, representados pelas letras de "A" a "K", na qual são fixados os vencimentos básicos, mínimo e máximo, do servidor público, segundo a estrutura de evolução funcional disciplinada nesta Lei;

XI - Nível: posição ocupada pelo servidor público na faixa vencimental correspondente à evolução funcional, com valor pré-definido;

XII - Vencimento Básico: parcela vencimental fixa que é devida ao servidor público como contraprestação mensal pelo efetivo exercício da atividade do cargo;

XIII - Jornada de Trabalho: período em que o servidor desempenha efetivamente as atribuições pertinentes ao cargo;

XIV - Progressão: evolução do servidor público no PCCV/SUAS-SISAN-DH, por meio da qual passa do nível que ocupa para o imediatamente posterior.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 6º O PCCV/SUAS-SISAN-DH é estruturado nos seguintes Grupos Ocupacionais, cargos e carreiras:

I - Grupo Ocupacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/SE, contemplando os cargos e respectivas carreiras de:

a) Assistente social;

b) Psicólogo;

c) Pedagogo;

II - Grupo Ocupacional do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/SE, contemplando os cargos e respectivas carreiras de:

a) Engenheiro Agrônomo;

b) Nutricionista;

III - do Grupo Ocupacional de Direitos Humanos - DH/SE, contemplando os cargos e respectiva carreira de Tradutor e Intérprete de Libras;

Parágrafo único. A relação nominal, o quantitativo e as atribuições dos cargos que integram o PCCV/SUAS-SISAN-DH são os definidos nos Anexos II e IV desta Lei.

CAPÍTULO III
DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AOS CARGOS DO PCCV/SUAS-SISAN-DH

Seção I
Do Ingresso na Carreira e do Concurso Público

Art. 7º O ingresso nas carreiras do PCCV/SUAS-SISAN-DH ocorre exclusivamente por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, atendidos os requisitos gerais e específicos dispostos nesta Lei.

Art. 8º Os concursos públicos para os cargos do PCCV/SUAS-SISAN-DH devem abranger as seguintes etapas:

I - primeira fase - de caráter eliminatório e classificatório - consiste de provas objetivas e discursivas, sobre conhecimentos gerais e específicos constantes no edital do concurso;

II - segunda fase - de caráter classificatório - consiste de avaliação de títulos.

Parágrafo único. Devem constar do edital dos concursos públicos mencionados neste artigo, entre outras instruções, as condições para inscrição, os requisitos para provimento dos cargos, o nível de escolaridade do candidato, os tipos de provas, as matérias ou disciplinas sobre as quais devem versar as provas, os títulos considerados para classificação, se for o caso, os critérios de avaliação e julgamento das provas e dos títulos, a quantidade de vagas, o vencimento dos cargos, condições e os prazos de recursos e de validade do concurso.

Seção II
Da Nomeação, da Posse, do Exercício, do Curso de Formação e do Estágio Probatório

Art. 9º No que diz respeito à nomeação, à posse, ao exercício e ao estágio probatório, são aplicáveis às carreiras do PCCV/SUAS-SISAN-DH as regras da Lei nº 2.148, de 21 de dezembro de 1977 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe).

Art. 10. Após a nomeação e a posse, os servidores do PCCV/SUAS-SISAN-DH devem ser matriculados em Curso de Formação Técnico-Profissional, com carga horária mínima e regra definidas por meio de ato normativo do órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social, da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Estadual de Direitos Humanos.

Parágrafo único. A conclusão do Curso de Formação de que trata o “caput” deste artigo é condição para a aprovação dos servidores do PCCV/SUAS-SISAN-DH no estágio probatório.

Seção III Da Lotação

Art. 11. Os servidores integrantes das carreiras do PCCV/SUAS-SISAN-DH devem ser lotados no órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social, da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Estadual de Direitos Humanos ou em suas unidades vinculadas, conforme o caso, de acordo com as necessidades das referidas políticas públicas e respectivos sistemas.

§ 1º As cessões dos servidores de que trata esta Lei somente podem ocorrer desde que não haja ônus para o órgão ou entidade cedente, salvo mediante autorização do Governador ou afastamento para o exercício de mandato sindical.

§ 2º As cessões atualmente em vigor, por ocasião de suas renovações periódicas, devem ser adequadas ao disposto no §1º deste artigo.

§ 3º É considerada cessão sem ônus aquela procedida mediante ressarcimento.

§ 4º O período da cessão dos servidores do PCCV/SUAS-SISAN-DH para outros entes federativos não deve contar para fins de estágio probatório e de progressão funcional.

Seção IV Da Jornada de Trabalho

Art. 12. A jornada de trabalho para os ocupantes dos cargos regidos por este PCCV/SUAS-SISAN-DH é de 30 (trinta) horas semanais.

Seção V Dos Vencimentos

Art. 13. O vencimento básico dos servidores públicos abrangidos por esta Lei fica fixado em conformidade com o Anexo III da presente Lei.

Art. 14. A remuneração a ser paga aos servidores integrantes deste PCCV/SUAS-SISAN-DH deve ser composta pelo vencimento básico definido no Anexo III, podendo ser acrescida das seguintes vantagens, cuja percepção depende do cumprimento dos requisitos legalmente fixados, nos seguintes termos:

I - Vantagem Pessoal Incorporada - VPI, de natureza fixa e reajustável, a ser paga nos casos em que haja necessidade de assegurar a irredutibilidade de vencimentos em virtude do enquadramento de que trata esta Lei;

II - Gratificação por Serviço Insalubre, nos termos da Lei nº 2.148, de 21 de dezembro de 1977, e legislação de regência;

III - Gratificação por Periculosidade, nos termos da Lei nº 2.148, de 21 de dezembro de 1977, e legislação de regência;

IV - Gratificação por Desempenho;

V - Outras parcelas de natureza remuneratória ou indenizatória, tais como serviço extraordinário, adicional noturno, ajuda de custo e diárias, bem como aquelas pagas em virtude de representação, presença em órgão de deliberação colegiada, participação em comissão de trabalho, serviços de convênio e desenvolvimento de trabalho técnico ou científico e ainda aquelas pagas em virtude do exercício de função de confiança ou cargo em comissão de acordo com as regras estatutárias.

Art. 15. Os valores das Gratificações por Serviço Insalubre e por Periculosidade, a serem pagos aos servidores abrangidos por este SUAS-SISAN-DH que satisfaçam os seus requisitos, nos percentuais vigentes, devem ter por base de cálculo o nível inicial de vencimento básico do servidor, observado o respectivo grau de escolaridade, vedada a incorporação e a incidência de contribuição previdenciária sobre as mesmas.

Art. 16. A Gratificação por Desempenho deve ser concedida ao servidor que atingir as metas definidas no Sistema de Avaliação de Desempenho de Atividades, em percentual de até 20% (vinte por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 1º O sistema de avaliação de desempenho funcional deve ser implantado mediante lei específica, na qual devem ser definidos os critérios objetivos e condições determinantes para a percepção da vantagem prevista no “caput” deste artigo.

§ 2º A definição do sistema de avaliação de desempenho funcional deve ser proposta por comissão técnica com representantes dos servidores.

§ 3º É vedada a incorporação da Gratificação por Desempenho, sobre ela não incidindo contribuição previdenciária.

Seção VI Das Atribuições Básicas

Art. 17. Os cargos que compõem as categorias funcionais da carreira do PCCV/SUAS-SISAN-DH devem exercer tarefas vinculadas às atribuições básicas discriminadas no Anexo IV desta Lei.

§ 1º Os integrantes da carreira do PCCV/SUAS-SISAN-DH devem desempenhar as suas atribuições segundo as normas que regem a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e a Política Nacional de Direitos Humanos, bem como aquelas editadas pelo órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social, da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Estadual de Direitos Humanos.

§ 2º Os ocupantes dos cargos das carreiras do PCCV/SUAS-SISAN-DH ficam subordinados, no exercício de suas atribuições, às disposições da legislação que rege as respectivas profissões e às normas das entidades de fiscalização profissional.

Seção VII Da Acumulação de Cargos

Art. 18. O acúmulo de cargos dos servidores da carreira dos Profissionais do PCCV/SUAS-SISAN-DH em Serviços de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Direitos Humanos deve obedecer o que determina a legislação vigente.

CAPÍTULO IV DAS PROGRESSÕES

Seção I Da Progressão Funcional

Art. 19. A progressão funcional é constituída por um conjunto de regras e critérios de evolução do servidor público no PCCV/SUAS-SISAN-DH, mediante a qual deve ser motivado a desempenhar suas atividades laborais com zelo, eficácia e eficiência.

Art. 20. A progressão funcional deve se dar de duas formas: por tempo de serviço e por titulação.

Seção II Da Progressão por Tempo de Serviço

Art. 21. A progressão por tempo de serviço consiste na evolução do servidor público em decorrência da conclusão do interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício das atividades laborais, passando do nível atual para o imediatamente posterior da faixa vencimental.

§ 1º Para fins de concessão da progressão por tempo de serviço, consideram-se como efetivo exercício os afastamentos considerados pela legislação estatutária como tal, bem como o tempo em que o servidor público desempenhar suas atividades laborais em outro órgão ou entidade da administração pública.

§ 2º Não é considerado como de efetivo exercício o tempo em que o servidor estiver afastado em razão de licença para trato de interesse particular.

Seção III Da Progressão por Titulação

Art. 22. A progressão por titulação consiste na evolução do servidor público, passando para o próximo nível na faixa vencimental, em virtude de apresentação de certificado em cursos efetuados pelo servidor, observadas as seguintes regras:

I - devem ser considerados como título certificado de outro curso superior ou de pós-graduação “lato sensu” ou “stricto sensu” com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

II - devem ser considerados como título cursos ofertados pela Administração Pública diretamente ligada à área de atuação profissional do servidor, cujo somatório da carga horária alcance o mínimo de 180 (cento e oitenta) horas.

§ 1º Para a progressão por titulação deve ser exigido do servidor público, além da apresentação de um dos certificados acima listados, o atendimento das seguintes condições:

I - mínimo de 01 (um) ano de efetivo exercício contado a partir da data do enquadramento do servidor;

II - mínimo de 02 (dois) anos para os servidores públicos que ingressarem nos quadros da Administração Pública Estadual;

III - que o curso se relacione com a área de atuação profissional do servidor, com critérios a serem definidos em Decreto;

IV - que o diploma ou certificado seja expedido por instituição oficial de ensino, devidamente reconhecida pelos órgãos competentes.

§ 2º A mudança de nível decorrente da progressão por titulação pode ocorrer até 03 (três) vezes na carreira do servidor público, desde que cumprido o prazo mínimo de 01 (um) ano entre cada progressão, vedada a utilização do mesmo título.

CAPÍTULO V DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 23. Ficam criadas as funções de confiança para a gestão das Políticas Estaduais de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Direitos Humanos - FCG-SUAS-SISAN-DH, atribuíveis aos servidores lotados no órgão gestor das referidas políticas, nos quantitativos, simbologias, valores e atribuições previstos nos Anexos V e VI desta Lei.

**CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24. As despesas decorrentes da execução desta Lei devem correr à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Estado para o Poder Executivo.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 31 de julho de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

**FÁBIO MITIDIERI
GOVERNADOR DO ESTADO**

Jorge Araujo Filho
Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil

Érica Lima Cavalcante Mitidieri
Secretária de Estado da Assistência Social,
Inclusão e Cidadania

Lucivanda Nunes Rodrigues
Secretária de Estado da Administração

Cristiano Barreto Guimarães
Secretário Especial de Governo

Iniciativa do Governador do Estado

**ANEXO I
PCCV/SUAS-SISAN-DH
REQUISITOS GERAIS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS**

REQUISITOS GERAIS	
	1. ser brasileiro;
	2. ter cumprido as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);
	3. estar quite com as obrigações eleitorais;

Para todos os cargos do PCCV/SUAS-SISAN-DH

- ter boa conduta social e não possuir antecedentes criminais;
- gozar de boa saúde física e mental;
- ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade na data da posse;
- escolaridade mínima de nível superior na área específica do cargo respectivo, conforme Anexo II desta Lei;
- registro ativo no Conselho de Classe respectivo;
- satisfazer as demais condições e exigências previstas em leis, regulamentos e no edital do concurso.

**ANEXO II
PCCV/SUAS-SISAN-DH
RELAÇÃO NOMINAL, ESCOLARIDADE E QUANTITATIVO DOS CARGOS**

TABELA 1: CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL DO SUAS/SE

ESCOLARIDADE	DESCRIÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
NÍVEL SUPERIOR	ASSISTENTE SOCIAL	55
NÍVEL SUPERIOR	PSICÓLOGO	30
NÍVEL SUPERIOR	PEDAGOGO	15
TOTAL DO GRUPO OCUPACIONAL		100

TABELA 2: CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL DO SISAN/SE

ESCOLARIDADE	DESCRIÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
NÍVEL SUPERIOR	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	10
NÍVEL SUPERIOR	NUTRICIONISTA	25
TOTAL DO GRUPO OCUPACIONAL		35

TABELA 3: CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL DE DH/SE

ESCOLARIDADE	DESCRIÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
NÍVEL SUPERIOR	TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS	15
TOTAL DO GRUPO OCUPACIONAL		15

**ANEXO III
PCCV/SUAS-SISAN-DH
TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO**

**TABELA 1: GRUPO OCUPACIONAL DO SUAS/SE
CARREIRAS DE ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E PEDAGOGO**

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
VALOR (R\$)	R\$ 4.236,00	R\$ 4.476,60	R\$ 4.730,88	R\$ 4.999,59	R\$ 5.283,57	R\$ 5.583,67	R\$ 5.900,83	R\$ 6.235,99	R\$ 6.590,20	R\$ 6.964,52	R\$ 7.360,10

**TABELA 2: GRUPO OCUPACIONAL DO SISAN/SE
CARREIRA DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
VALOR (R\$)	R\$ 5.457,10	R\$ 5.839,10	R\$ 6.247,83	R\$ 6.685,18	R\$ 7.153,14	R\$ 7.653,87	R\$ 8.189,64	R\$ 8.762,91	R\$ 9.376,31	R\$ 10.032,66	R\$ 10.734,94

**TABELA 3: GRUPO OCUPACIONAL DO SISAN/SE
CARREIRA DE NUTRICIONISTA**

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
VALOR (R\$)	R\$ 4.236,00	R\$ 4.476,60	R\$ 4.730,88	R\$ 4.999,59	R\$ 5.283,57	R\$ 5.583,67	R\$ 5.900,83	R\$ 6.235,99	R\$ 6.590,20	R\$ 6.964,52	R\$ 7.360,10

**TABELA 4: GRUPO OCUPACIONAL DE DH/SE
CARREIRA DE TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS**

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
VALOR (R\$)	R\$ 3.060,00	R\$ 3.274,00	R\$ 3.503,00	R\$ 3.749,00	R\$ 4.011,00	R\$ 4.292,00	R\$ 4.592,00	R\$ 4.914,00	R\$ 5.258,00	R\$ 5.626,00	R\$ 6.020,00

**ANEXO IV
PCCV/SUAS-SISAN-DH
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

ASSISTENTE SOCIAL - Desempenhar atividades na Administração Pública Estadual no âmbito do órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social; Elaborar, em conjunto com a coordenação, o planejamento e implementação dos serviços, de acordo com as características do território de abrangência da unidade de assistência social; Considerar para os planejamentos e processos de trabalho, os elementos de constituição profissional a partir dos componentes teórico-metodológicos, técnico-operativos e projetos ético-políticos; Planejar a dinâmica dos processos de trabalho, definindo fluxos de atendimento e de articulação em rede; Gerar e manter articuladas as estatísticas de atendimentos, relatórios de atividades realizadas e de atendimentos externos pertinentes à assistência social; Elaborar relatórios e demais registros de atividades de provimento de serviços, benefícios, programas socioassistenciais e de gestão do SUAS; Elaborar materiais alusivos aos serviços em parceria com a equipe multidisciplinar; Alimentar Sistemas de Informação; Participar das reuniões e compartilhar as informações relevantes e necessárias com os demais profissionais da equipe interdisciplinar; Efetuar apoio técnico e capacitação continuada aos profissionais do SUAS; Realizar acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações, considerando as especificidades e particularidades de cada usuário (a); Realizar atendimentos particularizados e mediar os grupos operativos sempre que necessário; Planejar e realizar visitas domiciliares às famílias e indivíduos; Realizar busca ativa, referência e contrarreferência dos usuários atendidos; Discutir e planejar, em conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos, as intervenções necessárias para o acompanhamento dos (as) usuários (as) e suas famílias; Elaborar, com os (as) usuários os planos de acompanhamento de acordo com o público atendido; Organizar as informações dos (as) usuários (as) e suas respectivas famílias, nos planos de acompanhamento; Acompanhar e avaliar a execução dos planos de acompanhamento utilizando-se de metodologias e técnicas individuais e coletivas que contemplem as demandas identificadas; Analisar, avaliar e estudar a realidade social vivenciada pelos indivíduos e famílias com olhar sobre os riscos, vulnerabilidades e potencialidades, estimular a autonomia dos indivíduos e famílias para a busca de seus direitos; Participar das reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos no (s) serviço (s) e planejar ações a serem desenvolvidas na definição de fluxos de articulação; Estabelecer rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações, protocolos e procedimentos; Atuar junto a equipe de referência multiprofissional de nível superior no estudo das realidades dos indivíduos e famílias, observando os limites das atribuições da profissão; Propor melhorias no ambiente de trabalho que favoreça coletivamente, executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades da Administração Pública Estadual, observando o caráter ético e o sigilo da profissão; Realizar mapeamento e diagnóstico dos serviços do território e daqueles que necessitem ser reordenados; Monitoramento e regulação de vagas e encaminhamento dos usuários; Realizar ações de monitoramento, informação e avaliação da política de assistência social; Efetivar encaminhamentos necessários e articulação com a rede existente; Elaborar relatórios psicossociais de atendimento individual e de visitas domiciliares, considerando as resoluções do Conselho da respectiva área profissional, as quais dispõem sobre a elaboração de documentos técnicos individuais contendo a visão técnico-científica da profissional; Efetivar a prática profissional observando os preceitos do Código de Ética da profissão e suas atualizações; Desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação no âmbito de abrangência dos serviços, programas, projetos e ações na área de assistência social do Estado; Manter sigilo sobre tudo que presenciar e ouvir em relação a qualquer informação sobre a unidade descentralizada da assistência social (função, endereço, usuários, etc); Participar de ações educativas de qualificação e requalificação profissional; considerar as atribuições e regulamentos estabelecidos nos Regimentos Internos do órgão gestor e unidade da assistência social do Estado em que se encontrar em exercício; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades da Administração Pública Estadual.

PSICÓLOGO - Desempenhar atividades na Administração Pública Estadual no âmbito do órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social; Elaborar, em conjunto com a coordenação, o planejamento e implementação dos serviços, de acordo com as características do território de abrangência da unidade de assistência social; Considerar para os planejamentos e processos de trabalho, os elementos de constituição profissional a partir dos componentes teórico-metodológicos, técnico-operativos e projetos ético-políticos; Planejar a dinâmica dos processos de trabalho, definindo fluxos de atendimento e de articulação em rede; Gerar e manter articuladas as estatísticas de atendimentos, relatórios de atividades realizadas e de atendimentos externos pertinentes à assistência social; Elaborar relatórios e demais registros de atividades de provimento de serviços, benefícios, programas socioassistenciais e de gestão do SUAS; Elaborar materiais alusivos aos serviços em parceria com a equipe multidisciplinar; Alimentar Sistemas de Informação; Participar das reuniões e compartilhar as informações relevantes e necessárias com os demais profissionais da equipe interdisciplinar; Efetuar apoio técnico e capacitação continuada aos profissionais do SUAS; Elaborar materiais alusivos aos serviços em parceria com a equipe multidisciplinar; Alimentar Sistemas de Informação; Participar das reuniões e compartilhar as informações relevantes e necessárias com os demais profissionais da equipe interdisciplinar; Efetuar apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo (s) serviço (s) executados nas unidades/setores da Secretaria; Realizar estudos e pesquisas sociais; Realizar acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações, considerando as especificidades e particularidades de cada usuário (a); Gerenciar formulários e emitir informações para aquisição de benefícios socioassistenciais, considerando sua área de competência; Realizar atendimentos particularizados e mediar os grupos operativos sempre que necessário; Planejar e realizar visitas domiciliares às famílias e indivíduos; Realizar busca ativa, referência e contrarreferência dos usuários atendidos; Discutir e planejar, em conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos, as intervenções necessárias para o acompanhamento dos (as) usuários (as) e suas famílias; Elaborar, com os (as) usuários os planos de acompanhamento de acordo com o público atendido; Organizar as informações dos (as) usuários (as) e suas respectivas famílias, nos planos de acompanhamento; Acompanhar e avaliar a execução dos planos de acompanhamento utilizando-se de metodologias e técnicas individuais e coletivas que contemplem as demandas identificadas; Realizar o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades dos programas de transferência de renda; Estimular a participação dos (as) usuários (as) na definição das ações desenvolvidas ao longo do acompanhamento; Analisar, avaliar e estudar a realidade social vivenciada pelos indivíduos e famílias com olhar sobre os riscos, vulnerabilidades e potencialidades, estimular a autonomia dos indivíduos e famílias para a busca de seus direitos; Participar das reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos no (s) serviço (s) e planejar ações a serem desenvolvidas na definição de fluxos de articulação; Estabelecer rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; Atuar junto a equipe de referência multiprofissional de nível superior no estudo das realidades dos indivíduos e famílias, observando os limites das atribuições da profissão; Propor melhorias no ambiente de trabalho que favoreça coletivamente, executar

outras tarefas afins, de acordo com as necessidades da Administração Pública Estadual, observando o caráter ético e o sigilo da profissão; Realizar mapeamento e diagnóstico dos serviços do território e daqueles que necessitem ser reordenados; Monitoramento e regulação de vagas e encaminhamento dos usuários; Efetivar encaminhamentos necessários e articulação com a rede existente; Elaborar relatórios psicossociais de atendimento individual e de visitas domiciliares, considerando as resoluções do Conselho da respectiva área profissional, as quais dispõem sobre a elaboração de documentos técnicos individuais contendo a visão técnico-científica da profissional; Efetivar a prática profissional observando os preceitos do Código de Ética da profissão e suas atualizações; Desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação no âmbito de abrangência dos serviços, programas, projetos e ações na área de assistência social do Estado; Manter sigilo sobre tudo que presenciar e ouvir em relação a qualquer informação sobre a unidade descentralizada da assistência social (função, endereço, usuários, etc); Participar de ações educativas de qualificação e requalificação profissional; considerar as atribuições e regulamentos estabelecidos nos Regimentos Internos do órgão gestor e unidade descentralizada da assistência social do Estado em que se encontrar em exercício; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades da Administração Pública Estadual.

PEDAGOGO - Desempenhar atividades na Administração Pública Estadual no âmbito do órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social; Elaborar, em conjunto com a coordenação, o planejamento e implementação dos serviços, de acordo com as características do território de abrangência da unidade de assistência social; Considerar para os planejamentos e processos de trabalho, os elementos de constituição profissional a partir dos componentes teórico-metodológicos, técnico-operativos e projetos ético-políticos; Planejar a dinâmica dos processos de trabalho, definindo fluxos de atendimento e de articulação em rede; Gerar e manter articuladas as estatísticas de atendimentos, relatórios de atividades realizadas e de atendimentos externos pertinentes à assistência social; Elaborar relatórios e demais registros de atividades de provimento de serviços, benefícios, programas socioassistenciais e de gestão do SUAS; Elaborar materiais alusivos aos serviços em parceria com a equipe multidisciplinar; Alimentar Sistemas de Informação; Participar das reuniões e compartilhar as informações relevantes e necessárias com os demais profissionais da equipe interdisciplinar; Efetuar apoio técnico e capacitação continuada aos profissionais do SUAS; Realizar acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações, considerando as especificidades e particularidades de cada usuário (a); Realizar atendimentos particularizados e mediar os grupos operativos sempre que necessário; Planejar e realizar visitas domiciliares às famílias e indivíduos; Realizar busca ativa, referência e contrarreferência dos usuários atendidos; Discutir e planejar, em conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos, as intervenções necessárias para o acompanhamento dos (as) usuários (as) e suas famílias; Elaborar, com os (as) usuários os planos de acompanhamento de acordo com o público atendido; Organizar as informações dos (as) usuários (as) e suas respectivas famílias, nos planos de acompanhamento; Acompanhar e avaliar a execução dos planos de acompanhamento utilizando-se de metodologias e técnicas individuais e coletivas que contemplem as demandas identificadas; Analisar, avaliar e estudar a realidade social vivenciada pelos indivíduos e famílias com olhar sobre os riscos, vulnerabilidades e potencialidades, estimular a autonomia dos indivíduos e famílias para a busca de seus direitos; Participar das reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos no (s) serviço (s) e planejar ações a serem desenvolvidas na definição de fluxos de articulação; Estabelecer rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações, protocolos e procedimentos; Atuar junto a equipe de referência multiprofissional de nível superior no estudo das realidades dos indivíduos e famílias, observando os limites das atribuições da profissão; Propor melhorias no ambiente de trabalho que favoreça coletivamente, executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades da Administração Pública Estadual, observando o caráter ético e o sigilo da profissão; Realizar mapeamento e diagnóstico dos serviços do território e daqueles que necessitem ser reordenados; Monitoramento e regulação de vagas e encaminhamento dos usuários; Realizar ações de monitoramento, informação e avaliação da política de assistência social; Efetivar encaminhamentos necessários e articulação com a rede existente; Elaborar relatórios de atendimento individual e de visitas domiciliares, considerando a respectiva área profissional, contendo a visão técnico-científica profissional; Efetivar a prática profissional observando os preceitos éticos da profissão; Desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação no âmbito de abrangência dos serviços, programas, projetos e ações na área de assistência social do Estado; Manter sigilo sobre tudo que presenciar e ouvir em relação a qualquer informação sobre a unidade descentralizada da assistência social (função, endereço, usuários, etc); Participar de ações educativas de qualificação e requalificação profissional; considerar as atribuições e regulamentos estabelecidos nos Regimentos Internos do órgão gestor e unidade da assistência social do Estado em que se encontrar em exercício; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades da Administração Pública Estadual.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO - Promover e acompanhar a execução de planos, programa e projetos agropecuários voltados para a Segurança Alimentar e Nutricional, como também de bem estar social e organização rural, sob sua responsabilidade, apresentando, periodicamente e quando solicitado, documentos técnicos sobre o andamento dos mesmos; Realizar o levantamento das propriedades rurais, visando selecionar áreas para implantação de projetos agropecuários voltados para a Segurança Alimentar e Nutricional; Manter estreito relacionamento interinstitucional ao nível da localidade para o desenvolvimento das atividades agropecuárias voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional; Mobilizar, organizar e estimular as comunidades rurais, facilitando o processo de adoção de inovações adaptáveis à realidade local visando a Segurança Alimentar e Nutricional das mesmas; Planejar, articular e apoiar as Feiras da Agricultura Familiar no Estado; Divulgar junto ao público assistido as políticas governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional relacionadas aos seus interesses; Planejar, executar e avaliar programas e projetos para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; Articular-se com diversos órgãos públicos e da sociedade civil para atuação conjunta com vistas a fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional no Estado; Executar outras atividades correlatas.

NUTRICIONISTA - Planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar serviços de alimentação e nutrição nos Serviços Socioassistenciais e Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional; Planejar, executar e avaliar programas e projetos para a promoção da saúde, de práticas alimentares saudáveis e Segurança Alimentar e Nutricional; Supervisionar e fiscalizar prestadores de serviços de Alimentação e Nutrição nas unidades Socioassistenciais e Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, sob sua responsabilidade; Avaliar o estado nutricional de grupos específicos, segundo idade, sexo e estados fisiológico e patológico dos Serviços Socioassistenciais e Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional; Realizar Educação Alimentar e Nutricional a coletividades; Desenvolver estudos, pesquisas e trabalhos científicos na área da Segurança Alimentar e Nutricional; Participar de comissões relacionadas a aquisição de gêneros alimentícios, equipamentos, utensílios e insumos; Implantar, quando necessário serviços relacionados à alimentação e nutrição; Integrar equipes multidisciplinares destinadas a planejar, coordenar, programar, executar e avaliar políticas, programas, cursos, pesquisas ou eventos, relacionados a

Segurança Alimentar e Nutricional; Participar de comissões responsáveis pela elaboração e revisão de legislações relacionadas com a área de alimentação e nutrição e Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolver programas de estágios na área da Segurança Alimentar e Nutricional; Realizar a supervisão de estagiários de nutrição; Atuar na preservação e promoção da saúde por meio de ações de controle de qualidade da alimentação ofertada nos Serviços Socioassistenciais e Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional; Promover programas educativos sobre as normas legais vigentes relativas às Boas Práticas de Produção e Manipulação de Alimentos e prestação de serviços na área de alimentos; Elaboração de Cardápio; Articular-se com diversos órgãos públicos e da sociedade civil para atuação conjunta com vistas a fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional no Estado; Executar outras atividades correlatas.

TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - Estabelecer a intermediação comunicativa entre os usuários de Língua de Sinais (Língua Brasileira de Sinais) e os de Língua Oral (Língua Portuguesa) no contexto da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais da política de assistência social, bem como em ações relativas a outras políticas afins previstas na estrutura administrativa do órgão gestor da Política Estadual de Assistência Social.

ANEXO V

FUNÇÕES DE CONFIANÇA PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DE DIREITOS HUMANOS - FCG-SUAS-SISAN-DH

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Assessor	FCG-SUAS-SISAN-DH-01	10	2.250,00
Coordenador	FCG-SUAS-SISAN-DH 02	10	3.200,00

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA - FCG-SUAS-SISAN-DH

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	ATRIBUIÇÕES
Assessor	FCG-SUAS-SISAN-DH-01	Assessoramento, suporte, pesquisa, elaboração de documentos, execução de programas e projetos, dentre outras ações correlatas das Políticas Estaduais de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Direitos Humanos
Coordenador	FCG-SUAS-SISAN-DH 02	Coordenação, orientação, análise, acompanhamento de programas e projetos, dentre outras ações correlatas das Políticas Estaduais de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Direitos Humanos

GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº 9.514

DE 31 DE JULHO DE 2024

Institui a Campanha Estadual de Estímulo à Identificação de Veículos que Transportem Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Estadual de Estímulo à Identificação de Veículos que Transportem Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de facilitar a identificação e proporcionar maior segurança e acessibilidade às pessoas com TEA.

Art. 2º São diretrizes da Campanha:

- I - promover a inclusão social das pessoas com TEA;
- II - garantir a segurança e a acessibilidade no transporte de pessoas com TEA;
- III - conscientizar a sociedade sobre a importância do respeito aos direitos das pessoas com TEA;
- IV - facilitar o atendimento prioritário e emergencial às pessoas com TEA.

Art. 3º São objetivos da Campanha:

- I - identificar os veículos que transportam pessoas com TEA para assegurar seu reconhecimento em situações de necessidade;
- II - sensibilizar a população e os profissionais de transporte sobre as características e necessidades das pessoas com TEA;
- III - fomentar redes de apoio que promovam o bem-estar das pessoas com TEA;
- IV - promover a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com TEA.

Art. 4º As normas, instruções e/ou orientações que se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei, devem ser expedidas mediante atos do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aracaju, 31 de julho de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

FÁBIO MITIDIERI
GOVERNADOR DO ESTADO

Jorge Araujo Filho
Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil

Érica Lima Cavalcante Mitidieri
Secretária de Estado da Assistência Social,
Inclusão e Cidadania

Walter Gomes Pinheiro Júnior
Secretário de Estado da Saúde

Cristiano Barreto Guimarães
Secretário Especial de Governo

Iniciativa da Deputada Maisa Mitidieri - PSD

GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº. 9.515

DE 31 DE JULHO DE 2024

Altera a Lei nº 9.349, de 29 de dezembro de 2023, que institui o Programa Rode Bem; e a Lei nº 7.655, de 17 de junho de 2013, que estabelece nova disciplina para o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, no âmbito do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º, 4º e 7º, da Lei nº 9.349, de 29 de dezembro de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa Rode Bem, no âmbito das ações da Política Estadual de Assistência Social do Estado de Sergipe, estabelecida pela Lei nº 9.342, de 19 de dezembro de 2023, com a finalidade precípua de promover o desenvolvimento social e ampliar as oportunidades de trabalho e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social que são proprietárias de veículo de duas rodas com motor de capacidade volumétrica superior a 50 (cinquenta) cilindradas, até o limite de 165 (cento e sessenta e cinco) cilindradas.”

“Art. 4º São beneficiários do Programa Rode Bem os indivíduos que possuam renda de até 02 (dois) salários mínimos mensais e que possuam veículos automotores de duas rodas, de fabricação nacional, com motor de capacidade volumétrica superior a 50 (cinquenta) cilindradas, até o limite de 165 (cento e sessenta e cinco) cilindradas, de propriedade de pessoa natural, limitado a 1 (um) veículo por beneficiário.”

“Art. 7º Ficam extintos os créditos tributários de IPVA apontados nos incisos II e III do art. 3º desta Lei decorrentes de fato gerador ocorrido até a data de entrada em vigor desta Lei, relativo a veículo automotor de duas rodas, de fabricação nacional, com motor de capacidade volumétrica superior a 50 (cinquenta) cilindradas, até o limite de 165 (cento e sessenta e cinco) cilindradas, de propriedade de pessoa natural, limitado a 1 (um) veículo por beneficiário, desde que atendidos os requisitos previstos no art. 4º desta Lei.”

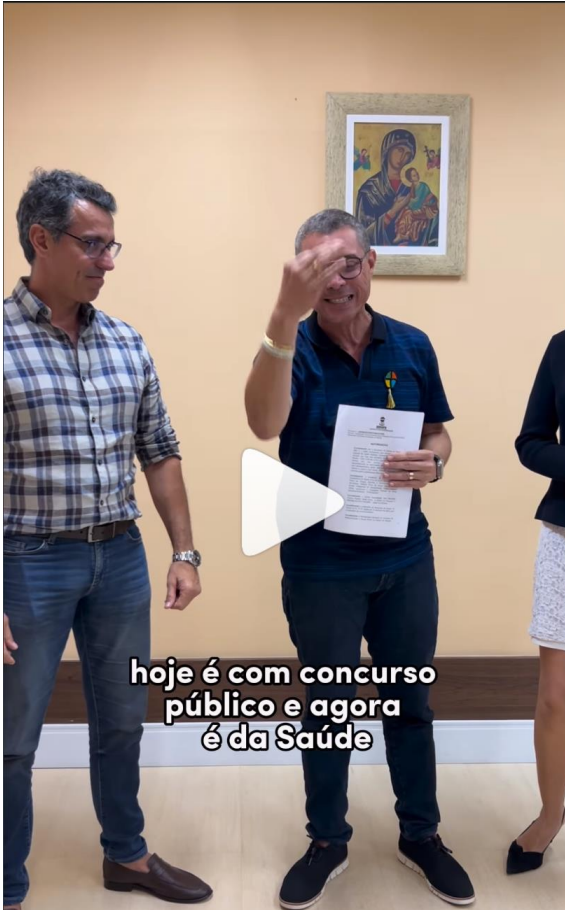
Art. 2º Fica alterado o inciso V-A, do art. 6º, da Lei nº 7.655, de 17 de junho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º ...

V-A – os veículos automotores de duas rodas, de fabricação nacional, com motor de capacidade volumétrica superior a 50 (cinquenta) cilindradas, até o limite de 165 (cento e sessenta e cinco) cilindradas, de propriedade de pessoa natural, limitado a 1 (um) veículo por beneficiário, desde que atendidos os requisitos do Programa Rode Bem, regulado na forma de lei específica;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



hoje é com concurso público e agora é da Saúde



fabiogov55 • Seguir

Áudio original

para 878 novos profissionais reflete o compromisso do @governosergipe com a renovação da máquina pública e a melhoria constante dos serviços prestados. Atualmente, o Estado gerencia 18 concursos públicos. Seis estão homologados: Sead, Cogerp, PGE, auditor da Sefaz, agentes e escrivães da Polícia Civil, e Emdagro. Oito estão em andamento: Adema, Agrese, Fundação Renascer, SES, Gestor Governamental, e estão aguardando autorização governamental **Seasic** e Seduc. Além disso, quatro ainda estão em vigência: Polícia Penal, Policiais Militares, polícia técnica do Cogerp e Delegado de Polícia. De janeiro de 2023 até o momento, mais de 400 novos servidores foram empossados!



6.702 curtidas

há 3 horas

